

L      E      I      Nº 1.283/76

Data: 12 de novembro de 1976

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a adquirir 1 coletor de lixo, 3 caminhões novos, 1 moto niveladora e 1 pá carregadeira, a contratar financiamento e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Bandeirantes, usando de suas atribuições legais, tendo em consideração a decisão do Plenário desta Casa em não acolher as razões expostas pelo senhor Prefeito Municipal e considerando o disposto no artigo 177, § 2º do Regimento Interno deste Legislativo e no § 2º do artigo 66, da Lei Orgânica dos Municípios, promulgada a seguinte

L      E      I

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento com financiadora nacional, conforme Resolução nº 45 do Banco do Brasil, no valor de até Cr\$ 1.711.500,00 (um milhão, setecentos e onze mil e quinhentos cruzeiros), acrescido das despesas acessórias legais.

Artigo 2º - O financiamento se destinará exclusivamente à aquisição, mediante concorrência pública, de 1 (um) coletor de lixo modelo LP716 ou equivalente, novo, equiparado com dispositivo hidráulico para levantamento de containeres, 3 (três) caminhões novos, acionados com motor diesel, sendo 2 (dois) equipados com caçamba basculante de até 7 m³, 1 (uma) moto niveladora, modelo 1655 ou equivalente e 1 (uma) pá carregadeira, modelo 65 R/250 ou equivalente, novos, todos de fabricação nacional.

Artigo 3º - O Poder Executivo fica autorizado a alienar fiduciariamente, em garantia, à financiadora, os bens descritos no artigo 2º desta Lei, na forma do artigo 66 da Lei Federal nº 4728/65 e Decreto-Lei nº 911/69.

Artigo 4º - Para pagamento das prestações mensais, incluindo principal, juros e correção monetária prefixada, de Lei, o Poder Executivo deverá outorgar procuração irrevogável e em causa própria, à financiadora e/ou firma vendedora, das cotas do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) a que tem direito o Município de Bandeirantes, nos valores iguais às prestações mensais e até a liquidação total do débito ora assumido.

Parágrafo Único – Na eventualidade de insuficiência dos recursos aqui mencionados, o Poder Executivo poderá outorgar procurações irrevogáveis e em causa própria de outras verbas, para complementação das importâncias que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento desta Lei.

Artigo 5º - Para cumprimento das obrigações decorrentes desta Lei, o Poder Executivo abrirá, no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de até Cr\$ 1.711.500,00 (um milhão, setecentos e onze mil e quinhentos cruzeiros), com o produto do empréstimo autorizado no artigo 1º desta Lei e com recursos do Orçamento vigente, suplementados, se necessário, por Decreto do Executivo usará da dotação própria do Orçamento em vigor, ficando também, autorizada a complementação por Decreto, de acordo com as normas da Lei 4.320/64.

Artigo – 6º - Os orçamentos dos exercícios de 1977 e 1978 deverão consignar, obrigatoriamente, as dotações necessárias à liquidação total do débito assumido em decorrência da execução desta Lei.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 1976.

Valdir Bittencourt

Presidente